


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA
Processo nº: **0020071-96.2008.8.26.0566**Classe - Assunto **Procedimento Comum**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

Consorcio Proposta Engenharia & Consdon propõe ação contra Município de São Carlos. Sustenta que em 23.12.2003 foi contratada pela Prefeitura Municipal, por intermédio do contrato nº 110/2003, para a execução de obras do Programa Habita Brasil. Argumenta que (a) a Nota Fiscal 3366/07, correspondente à 24ª Medição, período de 01.01.2006 a 23.01.2006, no valor de R\$ 2.674,17, não foi paga (b) a Nota Fiscal 3353/06, correspondente ao reajuste da medição extra, decorrente de aditivo ao contrato original, no valor de R\$ 30.056,74, não foi paga (c) conforme parecer técnico-contábil de págs. 204/230, diversas notas fiscais, ali indicadas, foram pagas após o decurso do prazo para quitação, que seria de 30 dias contados da apresentação da fatura e documentos pertinentes, mas foram quitadas sem atualização monetária e sem os juros previstos no contrato, de maneira que referidas diferenças são ainda devidas pela administração pública. Pugna pela condenação da ré ao pagamento dos três itens acima referidos.

O réu contestou a fls. 254/269. Em preliminar, pediu a inclusão da CEF no pólo passivo. No mérito, disse que 85% dos recursos financeiros destinados à obra eram federais, dependendo da liberação, em cada etapa, pela CEF, após análise da documentação e realização de medições. Atrasos não são imputáveis à Municipalidade. Além disso, o prazo de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

30 dias para cada pagamento dependia do atendimento de determinadas condições para a liberação das parcelas. Acrescenta que em várias ocasiões a autora realizou obras aquém do previsto e em outros, os trabalhos extrapolaram a previsão mensal, pelo que, em comum acordo, compensavam-se as planilhas nos meses subsequentes. Prossegue aduzindo que os serviços foram executados sem qualidade e/ou com uso de materiais de qualidade inferior. Em relação ao pedido de condenação ao valor de reajuste por serviços extras, diz que não há qualquer fundamento na referida cobrança.

Réplica a fls. 922/925.

O feito foi saneado a fls. 934/935, afastando-se a preliminar, e a fls. 946 determinou-se a realização da perícia.

Laudo pericial a fls. 968/977, com complementos a fls. 1015/1019 e 1083/1091, sempre sendo intimadas as partes para manifestação.

Convertido o julgamento em diligência a fls. 1119/1120, para a produção de prova documental relativa às Notas Fiscais nº 3366 e 3353.

É o relatório. Decido.

São três as pretensões (a) pagamento do montante integral relativo à Nota Fiscal 3366/07, que não teria sido pago (b) pagamento do montante integral relativo à Nota Fiscal 3353/06, que não teria sido pago (c) pagamento da diferença devida a título de juros e atualização monetária pelo fato de que diversas notas fiscais teriam sido quitadas com atraso.

(A) Nota Fiscal 3366/07

A Cláusula 06.01 do contrato (fls. 24) prevê que os preços serão reajustados anualmente, na forma indicada no Item 21 do Edital de Concorrência, ao qual me reporto, fls. 68/69.

Em cada medição, eram emitidas duas notas fiscais. Uma referente ao preço


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

com base no valor nominal originário do contrato. Outra referente à diferença devida por conta do reajuste anual acima mencionado.

É o que aconteceu na 24ª Medição, relativa a Janeiro de 2006.

Conforme fls. 189/190, foi apresentada a Nota Fiscal 3365/07, no valor de R\$ 12.990,83, que corresponde ao preço devido com base no valor nominal originário de cada preço unitário do contrato.

Essa nota fiscal foi paga, como é incontroverso nos autos, pagamento corroborado pela prova documental de que a CEF liberou os recursos respectivos, confira-se a menção que há a essa nota fiscal e a esse valor, na planilha encaminhada pela referida instituição financeira, fls. 1011.

Sustenta a autora, porém, que não houve o pagamento da Nota Fiscal 3366/07, no valor de R\$ 2.674,17, que teria por objeto a diferença devida pelo reajuste, e que consta às fls. 192/193.

Pede a condenação do réu ao pagamento dessa nota.

Não há qualquer prova de pagamento da Nota Fiscal 3366/07.

E, realmente, é imperativo concluir que, ante o pagamento da Nota Fiscal 3365/07, que diz respeito ao preço sem reajuste, forçoso é, como consequência lógico-jurídica necessária, o pagamento também do montante relacionado ao reajuste, ante o previsto na Cláusula 06.01 do contrato, já referida acima.

O acessório (reajuste) segue o principal.

Por outro lado, ante o que constava no documento de fls. 896/898, a este juízo parecia haver indícios, porém, de que o crédito referente a essa nota foi quitado por intermédio de outra fatura, qual seja, a Nota Fiscal 3401/08, vez que a planilha de fls. 896 menciona que referido documento, assim como a Nota Fiscal 3366/07, também diria respeito


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

ao mês de Janeiro de 2006.

Por essa razão, a decisão de fls. 1119/1120 atribuiu ao Município de São Carlos o ônus de comprovar esse fato.

Intimado, o Município trouxe prova documental, às fls. 1155/1157 e 1159/1162, comprovando o acerto daquela impressão inicial do juízo.

Com efeito, a Nota Fiscal 3401/08 (fls. 1162) tem exatamente o mesmo objeto da Nota Fiscal 3366/07 (fls. 1157).

A Nota Fiscal 3401/08, por sua vez, foi paga, porquanto consta da planilha de fls. 1164, à qual diz respeito o empenho de fls. 1168 e a ordem de pagamento de fls. 172, notando-se que a referida nota fiscal é expressamente indicada no ofício de fls. 1173 e cujo valor foi pago conforme comprovantes de fls. 1174/1176.

Sendo assim, forçoso reconhecer a inexistência da dívida.

(B) Nota Fiscal 3353/06

Em março de 2006 o consórcio apresentou à Prefeitura Municipal, para pagamento, a Nota Fiscal 3343/06, fls. 196, que diria respeito a serviços extras realizados, no valor de R\$ 170.000,00.

Esses serviços extras são um acréscimo (não se sabe se quantitativo ou qualitativo) ao contrato inicial, fora dos serviços inicialmente programados, tanto que o pagamento foi feito com recursos exclusivos da Prefeitura Municipal, não alcançados pelo contrato com o Programa Habitar – Brasil / BID.

São serviços relacionados ao contrato, mas que não constavam de seu objeto inicial, de maneira que, a rigor, deveria ter sido realizado um aditamento contratual, devidamente fundamentado ('com as devidas justificativas', art. 65 da Lei nº 8.666/93), que permitisse compreender exatamente o regime jurídico aplicável a esse aditamento, em especial

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

no que toca à forma pela qual se alcançou o seu preço, para se apurar se também ele incluía um direito a pagamento, em separado, de reajuste.

No caso, o valor convencionado entre as partes foi de R\$ 170.000,00.

Sustenta a autora que também em relação a esses serviços extras deve haver o pagamento da diferença a título de reajuste, decorrente do descompasso de preços considerando a época da contratação inicial e a época da execução dos serviços.

Entretanto, com a devida vênia à autora, não se pode presumir a existência do direito ao recebimento de uma diferença a título de reajuste em relação a esses serviços da Nota Fiscal 3343/06, cabendo-lhe demonstrar esse direito, com a comprovação do suporte fático necessário.

Realmente, é perfeitamente possível que os R\$ 170.000,00 relativos a esses serviços de necessidade posteriormente detectada, já tenha sido convencionado de modo global.

Examinada a prova que foi produzida, forçoso reconhecer que a autora não comprovou o fato constitutivo de seu direito.

Com efeito, consta dos autos uma planilha, datada de Dezembro de 2005, com a discriminação dos serviços extras em questão, fls. 282/283, e indicação dos preços unitários que foram considerados para o cálculo do valor de R\$ 170.000,00.

Para o autor comprovar o fato constitutivo de seu direito, deveria ele demonstrar, portanto, que todos os preços unitários que embasaram o valor de R\$ 170.000,00 são preços antigos, da época da contratação originária, e portanto desatualizados, fazendo jus ao reajuste nos termos e pelos fundamentos do contrato.

Pela decisão de fls. 1119/1120, foi determinado ao Município que trouxesse a cópia integral da proposta apresentada no procedimento licitatório, a fim de que se pudesse realizar o confronto necessário. O Município trouxe a referida proposta, às fls. 1223/1581, com


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

destaque para as fls. 1228/1251.

Examinada em amostragem a planilha em questão, confrontando-a com a de fls. 282/283, verifica-se o que é revelado pela planilha abaixo:

Serviço	Custo Unitário às fls. 282/283	Custo Unitário às fls. 1228/1251
Drenagem Pluvial – Recomposição do Pavimento	R\$ 21,61, conforme Itens 1.1, 1.4, 1.6 e 1.7	R\$ 21,61, conforme Itens 1.3.13, 1.6.13, 1.8.13 e 1.9.16
Sistema Viário - Lastro de Rachão	R\$ 26,12, conforme Itens 3.6, 4.3, 5.3 e 6.3.	Não encontrado"
Carga e Transporte para Bota-Fora municipal, com espalhamento de entulho, medido no caminhão – Distância até 5km	R\$ 7,20, conforme Item 3.3.	R\$ 7,20, conforme Item 1.1.19
Aterro compactado de solo	R\$ 8,53, conforme Item 2.5	R\$ 8,53, conforme Itens 1.1.20, 1.2.23, 1.3.12, 1.4.12, 1.5.12, com a denominação "Reaterro compactado de valas"
Escavação 1/2 categoria trator e pá carregadeira	R\$ 8,95, conforme Itens 2.1, 3.2, 4.1, 5.1 e 6.1	Não encontrado
Imprimadura Impermeabilizante	R\$ 2,99, conforme Item 3.8	R\$ 2,99, conforme Item 1.10.5
Alvenaria de Blocos de Concreto 19x19x39cm	R\$ 40,21, conforme Item 8.8	R\$ 40,44, conforme Itens 1.16.13 e 1.17.21
Fornecimento e aplicação de concreto magro para vigas, canaletas e caixas	R\$ 237,21, conforme Item 8.6	R\$ 237,21, conforme Item 1.21.9
Fornecimento e aplicação de manta geotêxtil bldm op-20 ou similar	R\$ 4,99, conforme Item 8.12	R\$ 4,99, conforme Item 1.21.15
Fornecimento e aplicação de tubo dreno perfurado DN 100mm	R\$ 25,39, conforme Item 10.5	Não encontrado
Areas de Lazer – Demolição de casas	R\$ 900,00, conforme Item 11.1	Não encontrado

Em destaque, na planilha acima, estão itens da planilha elaborada para fundamentar o custo total dos serviços extras (R\$ 170.000,00) que não encontram paralelo na planilha inicial apresentada na proposta da licitação, ou cujo preço é distinto.

Examinando-a, e mesmo valendo-nos da planilha unilateral agora produzida pela autora às fls. 1595/1596, forçoso reconhecer que não há prova e argumento suficiente para se acolher a pretensão ora examinada, de pagamento de diferença relativa a 'reajuste' por conta dessa contratação extra.

Com efeito, nota-se que há itens iguais ou similares aos da planilha inicial. Em relação a esses itens, foi utilizado o valor unitário do orçamento que embasou a proposta na licitação. Isso poderia encaminhar para o acolhimento do pleito de reajuste.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Entretanto, é relevantíssimo notar que há um número considerável de itens sem paralelo na planilha inicial ou cujo valor unitário foi feito por uma 'aproximação' não devidamente justificada.

Ora, em primeiro lugar: nada indica que esses preços 'acordados entre as partes' (expressão que consta da planilha unilateral da autora de fls. 1595/1596) sejam preços antigos, da época em que foi feita a proposta inicial.

E – mais importante –, em segundo lugar: nada indica, ainda, que na composição (não justificada nos autos) desses preços unitários 'acordados entre as partes' quando da contratação do serviço extra já não tenha sido embutida uma diferença a mais, a título de compensação pelo reajuste dos outros itens, que se valeram de preços unitários antigos.

Nada indica, realmente, que as partes não chegaram consensualmente ao valor global de R\$ 170.000,00, como a contrapartida total e exata pelos serviços extras, sem qualquer direito a reajuste.

Como saber, por exemplo, se o custo unitário de demolição de casas, no valor de R\$ 900,00, gerando uma despesa total de R\$ 7.200,00, pois foram demolidas 8 casas, é (a) o preço acertado entre as partes para a época (posterior) da execução do serviço, inclusive já com composição de parte do reajuste dos itens atrelados a custos unitários antigos (b) ou o preço acertado pelas partes levando-se em conta a época (anterior) do contrato?

Não há como se saber, porque as partes não produziram qualquer aditamento contratual, situação que gera a rejeição do pedido, pois compete à autora produzir a prova do fato constitutivo do seu direito, que no caso em tela somente poderia ser documental, e que não foi produzida.

Calha observar que não há impedimento legal a que as partes façam acordo


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

sobre o preço de itens do serviço adicional que não constem da planilha embutida na proposta apresentada na licitação.

É essa, aliás, a orientação da própria Lei nº 8.666/93, no art. 65, § 3º, que dispõe: "Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para obras ou serviços [extras], esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no § 1º deste artigo".

Entretanto, feito o acordo, parte do qual contém serviços sem paralelo no objeto inicial da avença, parece-me que se deve presumir que o acordo foi total, resolvendo de modo completo o valor devido.

Justamente por essa razão estão corretas as negativas da Administração Pública que, administrativamente, conforme fls. 233 e 243, negou o pagamento do reajuste relativo a esses serviços extras, pelo fato de os R\$ 170.000,00 eram o 'valor total' e não seria 'objeto de reajuste'.

Competia à autora comprovar o fato constitutivo do seu direito, ônus do qual não se desincumbiu, inexistindo qualquer evidência de que realmente tenha direito a esse reajuste.

(C) Diferenças pelo pagamento em atraso de Notas Fiscais

Divergem as partes a respeito da exigibilidade dos encargos moratórios que embasam as diferenças que aqui estão sendo cobradas.

A respeito do prazo pagamento, dispôs o contrato, na Cláusula Quinta:

"05.01. Os pagamentos das obras e serviços ora contratados serão efetuados em moeda corrente brasileira até 30 (trinta) dias após a apresentação protocolada da fatura e documentos pertinentes, desde que atendidas as condições para liberação das parcelas a saber:


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

(a) o faturamento deverá ser apresentado e protocolado, em 02 (duas)
vias, na sede administrativa da contratante;

(b) a fiscalização procederá às medições mensais baseadas nos
serviços realizados para que se permita a elaboração do processo de
faturamento. Nos casos de desembolso, estes serão realizados em
parcelas mensais, decorrentes das etapas físicas executadas e
atestados pela UEM/UEE e comprovados pela CAIXA, respeitado o
cronograma de desembolso previsto contratualmente;

(c) o faturamento deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a
padronizar condições e forma de apresentação:

c.1) nota fiscal com discriminação resumida dos serviços executados
de acordo com o cronograma físico-financeiro, período da execução
da etapa, número da licitação, nome do Programa Habitar Brasil-BID,
número do contrato de Empréstimo, número deste Contrato, e outros
que julgar convenientes, não apresente rasuras e/ou entrelinhas e
certificado pelo engenheiro fiscal;

c.2) a fatura com discriminação resumida dos serviços executados de
acordo com o cronograma físico-financeiro pactuado, período da
execução da etapa, número da licitação, nome do Programa Habitar
Brasil-BID, número do Contrato de Empréstimo, número deste
Contrato, e outros que julgar convenientes;

c.3) termo de recebimento definitivo e os "as built" do projeto
executivo utilizado nas obras (...).

d) demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS;


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

e) cópia da guia de recolhimento da Previdência Social – GRPS do último recolhimento devido, quitada e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para cada obra e/ou serviço;

f) cópia da guia do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, do último recolhimento devido, quitada e autenticada em Cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para cada obra e/ou serviço (...).

Parágrafo segundo: os valores que não forem pagos no prazo previsto poderão ser acrescidos de compensação financeira de 0,5% ao mês, apurados desde a data prevista para pagamento até a data de sua efetivação, calculados "pro-rata" sobre o valor da Nota Fisca/Fatura.

A leitura da referida cláusula mostra-nos a conjugação de um termo com uma condição suspensiva.

Com efeito, a primeira parte da cláusula claramente indica um prazo ou um termo para pagamento, de 30 dias contados da apresentação da Nota Fiscal, na seguinte passagem: "Os pagamentos das obras e serviços ora contratados serão efetuados em moeda corrente brasileira até 30 (trinta) dias após a apresentação protocolada da fatura e documentos pertinentes (...)"

Entretanto, não pode ser desprezada a segunda parte da mesma cláusula que, continuando o trecho acima, dispõe: "(...) desde que atendidas as condições para liberação das parcelas a saber (...)"

Nota-se, portanto, que as Notas Fiscais tinham que ser pagas em 30 dias, contados da apresentação, mas essa obrigação de pagamento e, por óbvio, a contagem do prazo


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

de 30 dias, estava claramente dependendo de um evento futuro e incerto, qual seja, o atendimento das condições para a liberação das parcelas.

Essa condição é claramente suspensiva. Enquanto não verificadas as condições para a liberação para as parcelas, não se pode dizer que o prazo de 30 dias para pagamento já havia se iniciado.

Aplicação do art. 125 do Código Civil: "Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa."

Necessário aferir, pois, qual o momento em que se pode afirmar, com segurança, o atendimento das condições para a liberação das parcelas.

Com a devida vênia, esse momento não é o da apresentação das notas fiscais, pelas razões acima já referidas, que se extraem da própria redação da cláusula.

Por mais que normalmente a medição antecederse a emissão da nota fiscal, não bastava a medição, é necessária uma verificação mais complexa. A medição é documentada por um Boletim de Medição (BM) mas não satisfaz às condições para pagamento, vez que, como consta da lista indicada na Cláusula contratual, outras condições são necessárias para o pagamento.

Há um documento que permite identificar de modo claro e objetivo o atendimento das condições para a liberação das parcelas.

Trata-se do BSCA, ou seja, Boletim de Solicitação de Recursos, por vezes conjugado com o Boletim de Comprovação de Aplicação de Recursos, passando a chamar-se então Boletim de Solicitação de Recursos e de Comprovação da Aplicação.

Há cópia de um deles nos autos às fls. 896/898, onde verificamos que ele consolida a informação de que estão satisfeitas as condições pela liberação, fazendo referência


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

à nota fiscal, valor, conformidade dos serviços com o contrato, desembolso pela Municipalidade da sua contrapartida, etc.

Aliás, podemos verificar que esse BSCA foi emitido em 17.10.2008 e tendo por objeto, por exemplo, a Nota Fiscal 3365, datada de mais de um ano antes, 25.01.2017, mas nem por isso ocorreu mora no presente caso, vez que o valor aceito dessa nota fiscal, que diz respeito ao período de janeiro de 2006, é de R\$ 12.990,83, muito menor que o montante inicialmente requerido para esse mesmo período, de R\$ 59.806,39 conforme fls. 893/894, a indicar que a nota fiscal inicialmente apresentada não foi aceita, tendo havido a revisão para menor da medição que a havia embasado (fls. 894), ou a revisão do montante devido por outras circunstâncias.

Nesse sentido, não há como afirmar, aí, que a Prefeitura Municipal deveria pagar encargos moratórios desde a apresentação da nota, porque o BMSA foi emitido em 17.10.2008.

Veja-se ainda, por exemplo, o documento de fls. 653, mostrando que a 4ª Medição estava irregular e não poderia ser aceita, a despeito da apresentação da nota fiscal respectiva pelo consórcio autor. A nota fiscal apresentada em 23.06.2004 (fls. 652) teve de ser reapresentada em 28.06.2004 (fls. 654).

Isso indica a necessidade de que se tivesse comprovado, nestes autos, o pagamento em data posterior a 30 dias contados da implementação das condições para liberação das parcelas, prova que efetivamente não se produziu, mesmo porque todo o raciocínio desenvolvido pela autora estava juridicamente incorreto, partindo da premissa equivocada de que bastava o decurso de 30 dias desde a apresentação de cada nota fiscal, para a incidência dos encargos moratórios.

Julgo improcedente a ação, condenando o autor em custas e despesas e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

honorários, arbitrados estes em 10% sobre o valor atualizado da causa.

P.I.

São Carlos, 01 de Agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**